

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

EMENDA Nº - CCJ (Modificativa)

Dê-se nova redação ao art. 20, art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 25 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010:

“Art. 20 Nos termos do artigo 16, quando as empresas que tenham participado conjuntamente do processo licitatório sejam vencedoras, as mesmas deverão constituir um consórcio na forma do disposto no art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 1º Os direitos e obrigações patrimoniais dos contratados serão proporcionais às suas respectivas participações no consórcio.

§ 2º O contrato de constituição de consórcio deverá indicar a operadora como responsável pela execução do contrato, sem prejuízo da responsabilidade solidária das consorciadas perante o contratante ou terceiros.

“Art. 21. A empresa pública de que trata o § 1 do art. 8 representará os interesses da União no contrato de partilha de produção.”

“Art. 22. A administração do contrato de partilha caberá ao comitê operacional.”

“Art. 23. O comitê operacional será composto por representantes da empresa pública de que trata o § 1 do art. 8 e representantes do contratado.

Parágrafo Único. A empresa pública de que trata o § 1º do art. 8º indicará a metade dos integrantes do comitê operacional, inclusive o seu presidente, cabendo ao contratado a indicação dos outros integrantes.”

“Art. 24. Caberá ao comitê operacional:

I – validar os planos de exploração a serem submetidos à análise e aprovação da ANP;

II – validar o plano de avaliação de descoberta de jazida de petróleo e de gás natural a ser submetida à análise e a aprovação da ANP;

III – validar o plano de desenvolvimento da produção do campo, a ser submetido à análise e aprovação da ANP;

IV – validar os programas anuais de trabalho e de produção a serem submetidos à análise e aprovação da ANP;

V – analisar e aprovar os orçamentos relacionados às atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e abandono previstas no contrato;

VI – supervisionar as operações e aprovar a contabilização dos custos realizados;

VII – validar os termos do acordo de individualização da produção a ser firmado com o titular da área adjacente, observado o disposto no capítulo IV desta lei; e

VIII – outras atribuições definidas no contrato de partilha de produção.”

“Art. 25. O presidente do comitê operacional terá poder de veto, desde que tecnicamente justificado e em linha com as melhores práticas da indústria do petróleo, a respeito das matérias previstas nos incisos III, IV, V, VI e VII do artigo 30, exclusivamente para as atividades subseqüentes à declaração de comercialidade e relativas a cada jazida descoberta.”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei estabelece que a empresa pública a ser criada pela União não assumirá os riscos e custos das atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e abandono decorrentes do contrato de partilha de produção. Ademais, o Projeto de Lei outorga-lhe poderes absolutos de decisão no âmbito do comitê operacional por meio da indicação de metade dos seus integrantes, do seu presidente, além do exercício do poder de veto e do voto de qualidade.

Ocorre, entretanto, que a PETRO-SAL, representante dos interesses da União, é uma empresa que não poderia participar do contrato de consórcio, uma vez que este deveria ser formado somente pelas empresas contratadas pela própria União.

Logo, pela emenda proposta, a PETRO-SAL não mais fará parte do consórcio, porém manterá a sua figura central no papel estabelecido pelo Projeto de Lei, como representante dos interesses da União no contrato de partilha de produção (e não no consórcio), até mesmo porque é a representante dos interesses da União, portanto, da contratante.

Do contrário, aqueles que incorrem em custos e que suportam os riscos da atividade estariam privados da possibilidade de se organizar por meio do consórcio, para executar as atividades que lhe foram atribuídas pelo contrato de partilha de produção.

Adicionalmente, a obrigatoriedade da participação da Petrobras no contrato de consórcio não pode subsistir, na medida em que a mesma deveria se submeter ao certame licitatório para contratar com a União e, portanto, passar a ser uma contratada. Caso contrário, se estaria violando o princípio da igualdade (art. 5º e art. 173, II e §2º da Constituição Federal) e os princípios que regem a licitação (art. 37, inciso XXI da Constituição Federal).

Caso o texto do Projeto de Lei seja aprovado na sua forma original, sem a realização de certame licitatório, a União não irá receber propostas diversas e, portanto, não poderá contratar com a empresa que poderia oferecer as melhores condições operacionais e econômicas.

Retirar, portanto, a obrigatoriedade da Petrobras de ser uma consorciada está em sintonia com o interesse público, estabelecendo um mercado competitivo, que pode resultar no incremento da eficiência e da tecnologia, na redução de custos, na criação de empregos e no fomento da cadeia de fornecedores locais, além de preservar a transparência do setor.

A emenda ora proposta, portanto, tem como objetivos:

- Esclarecer que o consórcio será formado, exclusivamente, pelas empresas contratadas, que assumem integralmente os riscos e custos associados à execução das atividades estabelecidas no contrato de partilha de produção; e que à PETRO-SAL não cabe o papel de contratada;
- Transferir, do âmbito do consórcio, a atuação do Comitê Operacional, do qual participa a PETRO-SAL, para o âmbito do contrato de partilha, de

forma a garantir que a empresa pública exerça a sua atribuição de gestora dos custos associados às operações;

- Garantir e esclarecer que o Comitê Operacional vise a controlar o cumprimento das obrigações previstas no contrato de partilha de produção pelo consórcio (e não do contrato de consórcio que regula a relação entre as empresas do grupo contratado). Desta forma, a PETRO-SAL não terá ingerência no contrato de consórcio, mas sim no contrato de partilha de produção, onde existirá o comitê operacional formado por representantes dos contratados e da PETRO-SAL;
- Evitar que seja limitada a capacidade decisória dos contratados para cumprir com as obrigações assumidas no contrato de partilha de produção (uma vez que, de acordo com o texto original do Projeto de Lei, quem efetivamente tomará as decisões será a PETRO-SAL, dotada de poderes absolutos de controle). As atuais atribuições da PETRO-SAL estão em descompasso com a assunção integral dos riscos pelas demais empresas, deixando-as sem qualquer poder de decisão com relação às atividades que executarão;
- Assegurar que o poder de veto e o voto de qualidade da PETRO-SAL, na forma proposta pelo Projeto de Lei, se limite aos custos das atividades contratadas e que o seu exercício esteja em linha com as melhores práticas da indústria de petróleo. A ausência destes critérios pode afetar negativamente a atratividade de investimentos, a segurança jurídica no âmbito do consórcio e, por conseguinte, o interesse nacional;
- Propor que o exercício do poder de veto venha a existir após a eventual declaração de comercialidade, dada a exposição e o risco assumido integralmente pelos contratados. De fato, tão somente com a declaração de comercialidade é que os referidos custos virão, eventualmente, a ser recuperados); e, finalmente,

- Esclarecer que a PETRO-SAL terá efetivo poder de gestão dos custos no âmbito do contrato de partilha de produção, sem, contudo, afetar o bom andamento das operações necessárias para o cumprimento das obrigações assumidas integralmente pelos contratados, e, principalmente, a boa atuação do operador, este sim detentor da capacidade técnica requerida para conduzir e executar as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção.

Sala da Comissão,

Senador **ADELMIR SANTANA**